

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 23, e segunda-feira, 25 de maio de 1992

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores, Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres
José Andretto Filho

Página 4

A semana que se inicia marca também o esforço do governo em fazer a tramitação, no Congresso Nacional, de uma série de projetos de inequívoca relevância para o futuro do País. O ajuste fiscal, no cronograma do governo, deve ser votado ainda no primeiro semestre e entram na pauta, também, questões de grande interesse, como a concessão de serviços públicos, os direitos autorais e a desregulamentação dos portos.

Enquanto isso, atravessamos as grandes dificuldades de um período marcado por recessão, inflação e persistente desemprego.

Mas se há algo de positivo no ar, hoje, é o fato de que cada vez mais a sociedade brasileira está identificando a necessidade de mudanças e, simultaneamente, aprendendo a reconhecer quem as apoia e quem é contra elas.

As reformas propostas pelo governo não pertencem apenas a ele. São, no fundo, um patrimônio disponível para a nossa geração, que pode dele apossar-se, se decidir implementá-las. Ou perder esse patrimônio, se não der a elas a necessária sustentação.

O governo, que luta denodadamente para obter apoio no Congresso às mudanças que democraticamente quer implantar, arca hoje com o ônus total dos traumas deste período de passagem. E o faz, parece-nos, imbuído de um espírito de responsabilidade que exclui qualquer rasgo de demagogia ou fisiologismo.

O preço que ainda pagamos pela postergação das reformas é cobrado sob a forma de inflação resiliente, mas a cada dia vai a sociedade apercebendo-se do fato de que quanto mais as soluções forem adiadas mais tardará a recuperação.

Isto já é, em si, suficientemente ruim, mas muito menos do que, por exemplo, até ano e meio atrás, quando ainda acreditava parte significativa da opinião pública que seria possível sair da crise através de soluções mirabolantes, da noite para o dia.

Economia - Brasil Muito mais maturidade

A tramitação de cada uma das reformas específicas as resistências, torna-as mais denodadas e encarniçadas mas tem também a vantagem de identificar precisamente quem a elas se opõe. Ainda há um longo caminho a percorrer para mudar a face atrasada do Brasil em um sem-número de aspectos sociais, políticos e econômicos, mas suscitar as questões que permitem a modernização é uma forma de lançar luz sobre seus adversários.

É também um período muito fértil para a reflexão sobre a prática e a teoria política de todos os grandes protagonistas da cena: empresários; trabalhadores, lideranças políticas e intelectuais. Na realidade, o que está em crise é um velho padrão de ambigüidades e simbioses que se destina, atavicamente, a manter a consciência nacional no atraso. E sob este aspecto ninguém pode atirar a primeira pedra.

De outra parte, o atual período também é fértil porque cria a necessidade da operação pelo bom senso. Surgem hoje, de todos os pontos do espectro político, vozes responsáveis firmemente imbuídas do desejo de não tumultuar o delicado período que atravessamos. Foi particularmente feliz a decisão do Congresso Nacional de não dar quórum à instalação de uma CPI para apuração das denúncias contra o empresário Paulo César Farias, porque, no fundo, quem tem o que acusar deve fazê-lo na delegacia mais próxima para depois, nos tribunais, obter a prestação de justiça de que se julga credor. Fora disso não há como discordar do presidente, quando se refere ao clima de terrorismo acusatório com que, no fundo, se tenta impedir a consolidação do atual processo de reformas.

Mais que nunca a maturidade é necessária. E até mesmo por causa dos tresloucados de plantão o bom senso das pessoas e instituições responsáveis deve ser plenamente utilizado.